



Aprovada nova modalidade de crédito para microempresas

Texto facilita empréstimo e reduz juros para pequenas empresas. Foi aprovado também projeto que obriga agressor a ressarcir SUS por despesa com vítima de violência doméstica

O Senado aprovou ontem projeto que cria a Empresa Simples de Crédito, uma nova modalidade jurídica que fará operações de crédito, com juros mais baixos, para microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte. O texto segue para sanção. Também foi aprovada proposta que obriga que o agressor, em caso de violência doméstica e familiar, pague ao SUS todos os custos relacionados aos serviços de saúde prestados à vítima. Os senadores aprovaram ainda a PEC que unifica na Constituição o termo “pessoa com deficiência”. **3**



Jonas Pereira/Agência Senado

Plenário do Senado, na votação do projeto que cria a Empresa Simples de Crédito, pela qual o micro e o pequeno empreendedor terão acesso a juros mais baixos

CPI dos Tribunais Superiores depende de parecer para ir adiante

Jane de Araújo/Agência Senado



Criação da CPI foi discutida ontem em reunião de líderes conduzida pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (E)

O requerimento para a criação de uma comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar atos da cúpula do Judiciário foi protocolado ontem pelo senador Alessandro Vieira. Mas ainda depende de uma análise da Consultoria Legislativa para ser oficializado.

Parte dos 13 fatos motivadores apresentados no documento foram considerados inadequados pela área técnica e pela Mesa do Senado. **3**

Audidores da Vale serão ouvidos sobre Brumadinho

A CPI de Brumadinho aprovou ontem requerimentos para ouvir dirigentes da Vale e auditores que certificaram a segurança da barragem que se rompeu em 25 de janeiro. Os senadores também devem fazer visitas a outras estruturas em perigo de rompimento em vários estados.

O depoimento do ex-presidente da mineradora Fabio Schvartsman, que seria amanhã, foi remarcado para a semana que vem. O plano de trabalho com as atividades do colegiado também foi aprovado ontem. **5**

Debatedores pedem atenção para impacto social da reforma

Em audiência ontem na Comissão de Assuntos Econômicos, senadores e especialistas alertaram para a necessidade de ajustes na reforma da Previdência. Eles discutiram o modelo de capitalização proposto e as mudanças no Benefício

de Prestação Continuada e na aposentadorial rural. Os participantes também defenderam que temas como reforma tributária e desoneração fiscal façam parte da discussão sobre a solução para o déficit da Previdência. **7**

Faltam recursos para fiscalizar barragens, diz diretor de agência

O diretor-geral da Agência Nacional de Mineração, Victor Hugo Bicca, admitiu ontem, em audiência pública na Comissão de Infraestrutura, que faltam recursos e pessoal para a fiscalização das barragens no país.

Segundo ele, o Brasil tem 769 barragens de mineração, 425 inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens. O presidente da CI, Marcos Rogério, criticou a impunidade para as tragédias ocorridas no setor. **4**

Presidente do Inbra debate hoje reforma agrária **5**

Projeto aumenta limite de renda para benefício **6**

Ministro quer mudar aplicação da Lei Rouanet **8**

Comissão analisa endividamento dos brasileiros **6**



Rose de Freitas preside a CPI sobre o desastre de Brumadinho

Genaldino Magalhães/Agência Senado

Sancionada política de busca de desaparecidos

Presidente Jair Bolsonaro vetou prazo de 90 dias para que o Executivo regulamente a lei. Para a senadora Eliziane Gama, veto demonstra falta de interesse do governo de colocar norma em prática

A POLÍTICA NACIONAL de Busca de Pessoas Desaparecidas foi sancionada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro. A proposta que originou a Lei 13.812 foi aprovada pelo Senado em 20 de fevereiro. Bolsonaro vetou o prazo de 90 dias para que o Executivo regulamente a lei, ou seja, o cumprimento do que está previsto no texto pode demorar mais para passar a valer.

O presidente alega que, ao estabelecer o prazo, o Congresso violou a independência dos Poderes. “Ao fixar o prazo de 90 dias para que o Executivo exerça a função regulamentar, o projeto de lei, além de restringir o exercício de um poder administrativo para além das hipóteses constitucionalmente previstas, infringiu o princípio de harmonia e independência entre os Poderes”, diz o veto.

Ainda não está marcada a sessão conjunta em que senadores e deputados devem decidir se mantêm ou derrubam o veto. Para derrubá-lo, é necessário que a maioria tanto dos deputados quanto dos senadores se posicionem de maneira contrária ao entendimento da presidência da República.

Na prática, o veto adia indefinidamente o cumprimento do que está na nova lei. O texto prevê ações articuladas do poder público e a reformula-

ção do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Do ex-deputado Duarte Nogueira, o projeto foi aprovado na Câmara em 2017 na forma do relatório da então deputada e atual senadora Eliziane Gama (PPS-MA). Ela disse que considera que o veto parcial seja, na prática, total.

— Para mim está claro que o governo não vai implementar essa política nunca — disse.

Eliziane afirmou ainda que é natural o Congresso estabelecer o início de vigência.

— Quando isso não acontece fica subentendido que são 45 dias para a lei entrar em vigor. Demos o dobro do prazo, e mesmo assim o presidente achou de vetar.

Banco

Pela nova lei, o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas terá um banco de informações públicas (de livre acesso por meio da internet), com informações básicas sobre a pessoa desaparecida, e dois bancos de dados sigilosos, um deles contendo informações detalhadas sobre a pessoa desaparecida e o outro, com informações genéticas da pessoa desaparecida e de seus familiares. Essas informações deverão ser padronizadas e alimentadas por todas as autoridades de segurança pública competentes para a investigação. Hospitais,

clínicas e albergues, sejam públicos ou privados, deverão informar às autoridades o ingresso ou cadastro em suas dependências de pessoas sem a devida identificação. Para ajudar na localização, o governo poderá promover convênios com emissoras de rádio e TV para a transmissão de alertas urgentes de desaparecimento.

— As famílias têm pressa. Cada momento e cada hora é a dor de uma mãe e de um pai que não sabem onde está o seu filho ou de um filho que não sabe onde está sua mãe.

A nova lei também prevê o desenvolvimento de programas de inteligência e de articulação entre órgãos de segurança pública, desde o desaparecimento até a localização da pessoa, sistemas de informação e comunicação entre os órgãos e de divulgação de informações sobre desaparecidos. Haverá investimento em pesquisa e desenvolvimento e capacitação de agentes públicos. E o governo deverá criar redes de atendimento psicossocial aos familiares de pessoas desaparecidas.

De acordo com a lei, a autoridade de segurança pública terá condições, após autorização judicial, de acessar dados de aparelho de telefonia móvel caso haja indícios de risco à vida do desaparecido. Se o caso envolver criança, adolescente ou vulnerável, a investigação começará imediatamente após a notificação, sem a necessidade de se esperar qualquer prazo para configurar o desaparecimento.

O texto sancionado também prevê a elaboração de um relatório anual com as estatísticas sobre os desaparecimentos e casos solucionados.

Com Agência Câmara

Veja mais detalhes da nova lei <http://bit.ly/BuscaDesaparecidos>



Programa SOS Crianças Desaparecidas faz ato para divulgar imagens

Projeto susta decreto que libera vistos para o Brasil

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) apresentou ontem um projeto para sustar o decreto do governo federal que dispensa visto para os cidadãos da Austrália, do Canadá, dos Estados Unidos e do Japão. Segundo ele, a medida (Decreto 9.731, de 2019), do presidente Jair Bolsonaro, ofende o princípio internacional da reciprocidade.

— Não é aceitável, por exemplo, que um nacional brasileiro tenha exigência de visto para ir ao Canadá e o nacional canadense possa vir e voltar

livremente ao Brasil — disse.

O PDL 68/2019 foi lido em Plenário e encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Para Randolfe, a alegação do governo de que a liberação incentivar o turismo no Brasil não justifica a escolha de apenas alguns países.

— Ora, se é para mobilizar o turismo, vamos abrir para todos: a comunidade europeia, a Rússia, a China, a Índia — disse.

Randolfe também questionou o critério utilizado pelo Itamaraty para escolher esses

quatro países e afirmou que a medida foi um pretexto para agradar o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Eduardo Braga (MDB-AM) defendeu o amplo debate do tema. Para ele, Brasil e Estados Unidos são parceiros, mas a reciprocidade é necessária.

Omar Aziz (PSD-AM) criticou a declaração de Bolsonaro sobre as más intenções dos imigrantes que chegam aos Estados Unidos.

— Não virá para o Brasil só gente boa desses quatro países.

Plínio critica a liberação de vistos sem reciprocidade

A dispensa unilateral de visto para turistas de Austrália, Canadá, Estados Unidos e Japão foi criticada por Plínio Valério (PSDB-AM). Para o senador, o governo brasileiro se apequenou ao publicar o decreto, na segunda-feira, sem negociar qualquer contrapartida a ser cumprida por esses países.

— A dispensa do tradicional princípio da reciprocidade deixa o país vulnerável, inclusive, com o possível ingresso e permanência de criminosos.



Roque de S/A Agência Senado

Para Humberto, presidente não defende soberania

Humberto Costa (PT-PE) disse sentir “vergonha alheia” sobre a visita do presidente Jair Bolsonaro aos Estados Unidos. Para ele, Bolsonaro tem propagado, na maior potência econômica mundial, “um exemplo de política externa errática”. Segundo o senador, a soberania nacional não foi defendida pelo presidente. Humberto lamentou ainda posicionamentos que reforçam discursos “preconceituosos e apequenados”, como críticas aos imigrantes.



Roque de S/A Agência Senado

Chico Rodrigues elogia viagem de Bolsonaro aos EUA

A visita do presidente Jair Bolsonaro aos Estados Unidos resultou na assinatura de três acordos internacionais que trarão recursos financeiros e contribuirão para o desenvolvimento do Brasil, afirmou ontem Chico Rodrigues (DEM-RR). O senador destacou o acordo para o uso pelos americanos da Base de Alcântara, no Maranhão.

— São milhões de dólares que o país captará com esses lançamentos utilizando essa base.



Roque de S/A Agência Senado

Mecias celebra extensão de linha até Roraima

Mecias de Jesus (PRB-RR) comemorou ontem o compromisso do governo federal de iniciar as obras que vão estender o Linhão de Tucuruí até Roraima, único estado que não faz parte do Sistema Interligado Nacional, de transmissão de energia. O senador informou que as obras deverão ter início em meados deste ano.

— A decisão oportuna do presidente da República vai libertar a população de Roraima da dependência e do sofrimento.



Roque de S/A Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CAS Benefício de Prestação Continuada**
9h Entre 12 itens, o PLS 374/2018, que aumenta limite da renda familiar para recebimento do BPC.
- CDR Amazônia e Zona Franca de Manaus**
9h Audiência sobre ações da Sudam e da Suframa para os próximos dois anos.
- CCJ Violência contra a mulher**
10h O PLC 61/2017, que obriga profissionais da saúde a notificar violência contra a mulher, é um dos 14 itens.
- CRA Ordenamento fundiário**
11h Audiência sobre diretrizes para o ordenamento fundiário e a reforma agrária.
- CMA Madeira em obra pública**
11h30 Na pauta de 4 itens, o PLS 234/2016, que exige comprovação de origem da madeira usada em obra pública.
- CTFC Superendividamento**
14h Reunião com representantes da Associação Brasileira de Procons.

- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Na pauta, o PLC 32/2017, que obriga a disponibilização de banheiros químicos adaptados às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em eventos públicos e privados.
- CSE Pedido de debate**
14h30 Análise de requerimento para realização de audiência pública.
- MP 855/2018 Vendas da Eletrobras**
14h30 Eleição de presidente e vice.
- MP 858/2018 Alcântara Cyclone Space**
14h40 Eleição de presidente e vice.
- MP 861/2018 Junta Comercial do DF**
14h50 Instalação e eleição de presidente e vice.
- MP 862/2018 Nova região no DF**
15h Instalação e eleição de presidente e vice.
- MP 863/2018 Capital de fora em aéreas**
15h10 Eleição de presidente e vice.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Vai a sanção alternativa de crédito para pequenas e microempresas

Projeto aprovado ontem no Plenário estabelece uma nova modalidade jurídica que tem por objetivo facilitar empréstimos e reduzir juros

O PLENÁRIO APROVOU ontem projeto que cria a Empresa Simples de Crédito (ESC), que fará operações de empréstimos, financiamentos e descontos de títulos para microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte. O objetivo é tornar o crédito mais barato. O PLC 135/2018 segue para a sanção.

— A pequena empresa neste país gera mais de 12 milhões de empregos. Agora se abre a oportunidade para que os pequenos negócios possam ser financiados com capital próprio dos pequenos empreendedores. É um passo importante que se dá no sentido de melhorar o ambiente de negócios e de estimular a economia — disse o líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

Startups

O projeto também cria um regime especial simplificado de tributação para startups. O Inova Simples prevê tratamento diferenciado para estimular a criação, a formalização, o desenvolvimento e a consolidação das empresas de inovação. O texto classifica a startup como uma empresa criada para aperfeiçoar sistemas, métodos e modelos de negócio, produção, serviços ou produtos.

O senador Humberto Costa (PT-PE) disse que a aprovação significa uma ajuda inestimável à pequena empresa, que fica

protegida das altas taxas de juros e ganha uma alternativa de crédito. Ele e o senador Flávio Arns (Rede-PR) homenagearam o autor do texto, deputado Pedro Eugênio (PT-PE), que morreu em 2015.

De acordo com o projeto, a ESC pode atuar no município onde estiver instalada ou em cidades vizinhas e deve se organizar como empresa individual de responsabilidade limitada, empresário individual ou sociedade limitada entre pessoas físicas. Uma mesma pessoa não pode participar de mais de uma ESC, mesmo que em municípios diferentes.

— Essa iniciativa vem em boa hora porque vai criar um crédito municipal. Essas empresas terão existência apenas nas suas cidades ou em cidades circunvizinhas — disse Marcelo Castro (MDB-PI).

Eduardo Braga (MDB-AM) afirmou que o projeto é um

passo inicial para a desconcentração do crédito no país. Para o senador, o governo precisa admitir novos bancos de varejo para estabelecer concorrência no sistema de crédito que possa reduzir os juros para os micros e pequenos empresários.

Capital

Embora desempenhe atividades típicas do sistema financeiro, a ESC não pode se identificar como um banco. O valor de todos os empréstimos, financiamentos e descontos de títulos concedidos pela empresa não pode superar o valor do capital declarado pela entidade. A receita bruta anual da ESC fica limitada a R\$ 4,8 milhões. A remuneração da empresa só pode ocorrer pela cobrança de juros. Fica proibido o pagamento de tarifas ou qualquer outro encargo. A ESC também não pode capitalizar recursos ou emprestar dinheiro

à administração pública.

Todas as operações devem ser registradas em entidades autorizadas pelo Banco Central ou pela Comissão de Valores Mobiliários. Essas informações podem ser usadas para fins estatísticos e de controle do risco de crédito. O projeto também inclui a ESC entre as entidades que devem ser controladas com base na Lei da Lavagem de Dinheiro (Lei 9.613, de 1998).

Também é vedado o recolhimento de tributos na forma do Simples Nacional. O texto estabelece ainda uma regra especial para a cobrança do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A base de cálculo de cada um desses tributos é de 38,4% da receita bruta da empresa. Para outras pessoas jurídicas, a base é de 8%, no caso do IR, e 12%, no caso da CSLL.



Luis Carlos Heinze, Paulo Rocha, Davi Alcolumbre, Wellington Fagundes e Esperidião Amin na votação de ontem

Agressor deverá ressarcir SUS por custos com violência doméstica

Projeto que obriga o agressor, nos casos de violência doméstica e familiar, a pagar todos os custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e aos dispositivos de segurança usados no monitoramento das vítimas foi aprovado ontem em Plenário.

O PLC 131/2018, dos depu-

tados Rafael Motta (PSB-RN) e Mariana Carvalho (PSDB-RO), retorna para a Câmara dos Deputados, por ter sido modificado no Senado.

O texto promove alterações na Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006). O ressarcimento será revertido ao ente da Federação à qual pertence a unidade de saúde

que prestar o serviço. Para proteção da mulher, o texto impede que o agressor utilize o patrimônio da vítima ou dos seus dependentes para efetuar o pagamento e ainda veda a possibilidade de atenuante e substituição da pena aplicada.

Relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Roberto

Rocha (PSDB-MA) disse que a violência contra a mulher exige integral atenção à saúde da vítima, apoio psicológico e medidas protetivas.

O senador destaca que, quando os serviços de saúde são prestados por intermédio do SUS, o ônus com o tratamento também recai sobre a sociedade.

Texto sobre citação a pessoas com deficiência vai à Câmara

Por unanimidade, o Plenário aprovou ontem, em segundo turno, a proposta que uniformiza as menções a pessoas com deficiência na Constituição. Aprovada com 67 votos, a PEC 25/2017 segue para a análise da Câmara dos Deputados.

Da ex-senadora Fátima Bezerra, atual governadora do Rio Grande do Norte, a PEC pretende adequar o texto constitucional às definições

da Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência da ONU. O texto estabelece, assim, “uma única e mais adequada” forma de referência. Pela justificativa, a Constituição “convive simultaneamente com uma pluralidade de referências às pessoas com deficiência”.

Em dispositivos da época de sua promulgação, o texto constitucional em vigor tem

expressões consideradas inadequadas, como “pessoa portadora de deficiência” ou “portador de deficiência”. Em trechos mais recentes, após a convenção da ONU, que é de 2007, já adotou a terminologia mais bem aceita.

Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Antonio Anastasia (PSDB-MG) defendeu a aprovação do texto.

— A PEC uniformiza o texto da Constituição com a expressão “pessoa com deficiência”, substituindo termos existentes no texto constitucional. Ela reconhece convenções internacionais a que o Brasil adere, e a expressão correta que passará a ser adotada a partir de sua aprovação — afirmou.

A aprovação também foi aplaudida por Flávio Arns (Rede-PR), entre outros.

Alessandro Vieira defende CPI para tribunais superiores

Em Plenário, Alessandro Vieira (PPS-SE) disse ontem que o maior entrave para a criação da CPI para investigar os tribunais superiores não é técnico nem regimental, é político. Para ele, a afirmação de que o colegiado prejudicaria a governabilidade é falsa:

— A governabilidade é o último refúgio dos canalhas. Partidos foram destruídos, biografias foram arruinadas, sob o pretexto de que era preciso garantir a governabilidade. Nada disso se sustenta. São justificativas cínicas para se fazer o que sempre se fez no Brasil para manter os poderosos imunes à transparência que o cidadão brasileiro tanto demanda.

Luis Carlos Heinze apoia instalação de colegiado

Luis Carlos Heinze (PP-RS) disse apoiar a instalação da CPI dos Tribunais Superiores.

— Se agirmos com ética e honradez no exercício de nossas funções, não temos por que temer qualquer tipo de investigação. A Lava Toga é no Judiciário. Quantas CPIs já passaram pelo Executivo e Legislativo? Se partirmos da equidade entre os Poderes, porque no Judiciário seria diferente? O povo clama por transparência.

O senador classificou como retrocesso a decisão do Supremo de permitir que crimes de corrupção e lavagem de dinheiro sejam julgados na Justiça Eleitoral.

Fatos envolvendo ministros são graves, diz Lasier

Lasier Martins (Pode-RS) afirmou ontem em Plenário que aguarda o acolhimento pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, do pedido de instalação da CPI dos tribunais superiores. Ele explicou que o requerimento da CPI apresenta 13 fatos “muito graves” envolvendo ministros desses tribunais. Lasier observou ainda que nos últimos três anos e meio ingressaram no Senado 45 pedidos de impeachment de ministros, dos quais 10 se referiam a Gilmar Mendes, do STF. Todos esses pedidos de impeachment foram arquivados.



Roque de Sá/Agência Senado

Agência admite dificuldade para fiscalizar barragens

Em audiência ontem na Comissão de Infraestrutura, diretor da ANM, Victor Hugo Froner Bicca, disse que órgão fiscalizador do setor mineral no país não tem pessoal e recursos para executar o trabalho

EM AUDIÊNCIA NA Comissão de Infraestrutura (CI), o diretor-geral da Agência Nacional de Mineração (ANM), Victor Hugo Froner Bicca, disse ontem que faltam recursos e pessoal suficiente para a fiscalização das barragens no país. Segundo ele, relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) já apontou que a estrutura orçamentária e financeira inadequada limita significativamente o desempenho da ANM como órgão fiscalizador do setor de minério.

Bicca afirmou, que após a tragédia de Brumadinho (MG), ocorrida em 25 de janeiro, uma resolução da agência proibiu em todo o país a construção de novas barragens de alçamento a montante, como a que rompeu na Mina do Córrego do Feijão, provocando o desastre. Segundo ele, todas as barragens desse tipo serão extintas e desativadas no Brasil até 2023.

A resolução também proíbe instalações com presença humana em áreas de risco próximas às barragens e obriga que todas os empreendimentos abrangidos pela Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) tenham sistemas automatizados de acionamento de sirenes. O documento determina ainda que barragens classificadas como de alto potencial de dano tenham sistema de monitoramento com acompanhamento em tempo integral, possibilitando a interligação com o Sistema Integrado de Gestão para Barragens de Mineração.

Segundo Bicca, o país tem atualmente 769 barragens de mineração, sendo 425 delas inseridas na PNSB por atenderem os requisitos de tamanho, volume, natureza do material barrado e serem de dano potencial alto.

A audiência foi conduzida pelo presidente da CI, Marcos Rogério (DEM-RO). O senador informou que o tema ainda será debatido em outras reuniões da comissão, com a presença de técnicos, especialistas e representantes do governo e do setor privado.

— Quando se trata de uma situação como a que estamos vivendo, não há inocentes. Todos temos responsabilidades com o que está acontecendo no Brasil, especialmente quem está há mais tempo na vida pública. Não é crível, não é tolerável que nós aceitemos o quadro que nós temos no Brasil hoje como natural, porque não é natural. Houve dano à



Victor Bicca (2º à esq.) e o vice-presidente da CI, Wellington Fagundes

vida humana, houve dano ambiental, e apenas aqueles mais próximos, muitas vezes, são punidos no âmbito da esfera penal, nas instâncias próprias, e outros, que têm responsabilidade direta ou indireta, permanecem como se nada tivessem com o acidente ou com o crime — disse Marcos.

Autor do requerimento para a realização da audiência, Elmano Férrer (Pode-PI) disse que a ANM tem defasagens financeiras e de pessoal. O senador foi relator da avaliação de política pública da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) em 2017 e 2018, quando foi elaborado um relatório sobre as barragens brasileiras.

Divisão

A fiscalização de barragens está dividida entre três órgãos: a Agência Nacional das Águas (ANA), responsável por quase 25 mil barragens de múltiplo uso, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com mais de 200 barragens hidrelétricas, e a ANM, com mais de 790 barragens de rejeitos, explicou Elmano.

O relator da CPI de Brumadinho, Carlos Viana (PSD-MG), afirmou que o episódio foi um crime ambiental e humano, com mais de 300 mortos e prejuízos incalculáveis para o meio ambiente na região. Ele também lembrou o rompimento de barragem em Mariana (MG), em novembro de 2015.

— Esses anos todos nós tivemos uma série de falhas, que não foram sendo corrigidas, inclusive do Legislativo. Não fizemos o dever de casa como deveríamos ter feito em Mariana: matamos 19 e agora matamos 308, ao que parece, porque pode ser mais gente.

O vice-presidente da CI, Styvenson Valentim (Pode-RN), afirmou que o Rio Grande do Norte tem grande potencial para exploração de minérios e pediu que a ANM dê atenção aos pedidos de

Zenaide apresenta projetos para diminuir riscos

Com o objetivo de prevenir desastres como os de Mariana e Brumadinho, Zenaide Maia



(Pros-RN) anunciou ontem a apresentação de projetos que alteram o Código de Mineração e a Lei de Crimes Ambientais.

O PL 1.303/2019 trata do gerenciamento de riscos de acidentes ambientais, informou. Já o PL 1.304/2019 atua para agravar as punições, porque, segundo a senadora, as penas já tipificadas na Lei de Crimes Ambientais são motivo, às vezes, até de chacota devido aos baixos valores pagos.

autorização para exploração mineral enviados pelo estado.

Antes da audiência, a comissão aprovou cinco requerimentos. Um deles prevê a realização de nova audiência sobre segurança de barragens e outro, um debate com o tema “Modernização e Expansão do Sistema Ferroviário Brasileiro — problemas e soluções”. Também foi aprovada audiência sobre o Plano Estratégico do Arco Norte para o Desenvolvimento do Estado do Pará.

Haverá ainda uma discussão sobre projeto que permite à iniciativa privada a construção e a operação de suas próprias ferrovias (PLS 261/2018).

Foi ainda aprovado requerimento de Styvenson para que o Ministério da Infraestrutura preste informações sobre a duplicação da rodovia BR-304 no Rio Grande do Norte. Ele quer saber quais pendências ainda impedem a execução e a conclusão da obra.

Texto prevê medidas para evitar desperdício de água

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode analisar hoje, em caráter terminativo, o projeto que prevê a adoção de medidas para evitar desperdício na rede de distribuição de água, a partir de metas progressivas de redução nos contratos de concessão do serviço.

De Lasier Martins (Pode-RS), o PLS 317/2018 estabelece a concessão de benefícios orçamentários, fiscais ou de crédito como compensação pelo alcance de metas de desempenho pela eliminação de perdas.

O senador ressalta que o desperdício de água tratada chega a 40%, em média, no país, e a 50% nas Regiões Norte e Nordeste, segundo o Ministério das Cidades, em razão de vazamentos e problemas gerais nas tubulações e sistemas de fornecimento. O projeto é relatado por Sérgio Petecão (PSD-AC), favorável à proposição, já aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Saneamento básico

O texto estabelece novas definições para controle da qualidade do saneamento básico. A entidade reguladora do setor deverá fixar limites máximos de perda na distribuição da água tratada, passíveis de serem reduzidos gradualmente, conforme se verifiquem avanços tecnológicos e investimentos em combate ao desperdício.

Outra proposição a ser analisada em caráter final é o PLS 307/2018, que facilita o direito de defesa nos juizados especiais cíveis. De acordo

com o projeto, réus que morem longe da comarca onde haverá uma audiência poderão passar a ser representados pelos advogados nos juizados especiais. A mudança valerá para quando a audiência não puder ser feita por videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real.

Rapidez

Os juizados especiais são voltados a litígios de menor monta, e têm objetivo de tornar os processos mais rápidos, com a conciliação sempre que for possível. Além disso, não há obrigatoriedade de advogados para representar os litigantes nessas repartições. Os juizados especiais que se dedicam a causas cíveis têm competência para julgar ações cujo valor seja de até 40 vezes o salário mínimo. Já os voltados a causas criminais julgam apenas infrações penais de menor potencial ofensivo. A regra do PLS 307/2018 vale somente para os juizados especiais cíveis.

De Maria do Carmo Alves (DEM-SE), o projeto é relatado por Simone Tebet (MDB-MS), favorável à proposição.

A comissão deverá votar ainda o projeto que torna obrigatória a notificação dos casos de suspeita de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos e privados.

O PLC 61/2017 é relatado por Maria do Carmo, favorável à proposição nos termos de substitutivo apresentado ao texto original, da deputada Renata Abreu (Pode-SP).

Projeto concede meia-entrada para quem doar sangue

Projeto para conceder meia-entrada aos doadores de sangue foi apresentado pelo senador Fabiano Contarato (Rede-ES). O objetivo é incentivar as doações.

Todos os anos são efetuadas inúmeras campanhas para incentivar a doação de sangue. No entanto, dados do Ministério da Saúde de 2016 mostram que os doadores são apenas 1,6% da população brasileira. O número está abaixo do parâmetro da Organização Mundial da Saúde (OMS), que estipula que ao menos 4% da população do país deve ser doadora. A escassez é um grande problema para os bancos de sangue do país, visto que a doação é essencial.

Na justificativa da proposta (PL 1.322/2019), o autor

relata a necessidade de criar mecanismos para incentivar os cidadãos a se tornarem doadores. “Historicamente, o Estado não tem conseguido educar seus cidadãos com a cultura de doação de sangue”

Ele cita como exemplos os estados do Espírito Santo, Santa Catarina e Paraná, que já concedem o benefício da meia-entrada para doadores. Outros utilizam a doação regular como critério para a isenção de taxa para prestação de concursos públicos.

O projeto será analisado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e, posteriormente na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) onde, terá decisão terminativa: se aprovado, será encaminhado para a Câmara dos Deputados.

CPI aprova convocação de auditores da Vale

O depoimento do ex-presidente da empresa Fabio Schvartsman foi marcado para dia 28. A comissão também aprovou a realização de visitas a barragens em risco de rompimento

A COMISSÃO PARLAMENTAR de inquérito que vai investigar o rompimento da barragem de Brumadinho (MG) e apurar problemas em outras barragens aprovou ontem seu plano de trabalho. Também foram aprovados requerimentos de convocações de dirigentes da mineradora Vale e visitas a outras estruturas em perigo de rompimento.

Os senadores da CPI reagendaram para a semana que vem o depoimento do ex-presidente da Vale Fabio Schvartsman, que chefiava a mineradora quando ocorreu o rompimento, em 25 de janeiro. Ele pediu que sua oitiva, inicialmente marcada para amanhã, fosse adiada por motivos de saúde, já que se submeteu a um procedimento oftalmológico que exige repouso. Os senadores marcaram seu depoimento para quinta-feira da semana que vem.

A duração da CPI foi reduzida para 120 dias, em vez dos 180 propostos originalmente. A ideia é acelerar os trabalhos, segundo a presidente da comissão, Rose de Freitas (Pode-ES). A senadora sugeriu que o nome do colegiado seja “CPI de Brumadinho e Barragens”, já que outras com risco de rompimento serão avaliadas.

As primeiras visitas aprovadas serão feitas às barragens Mina Engenho 1 e Mina Engenho 2, em Rio Acima (MG); Casa da Pedra, em Congonhas (MG); e Mário Cruz, em Pedra Branca do Amapari (AP).

As barragens, segundo o vice-presidente da CPI, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), ou estão abandonadas há anos e não passam por

manutenções e correm iminente risco de rompimento.

Foram aprovados requerimentos convocando os auditores da empresa Tiv Süd que atestaram a estabilidade da barragem — Makoto Namba, Arsenio Negro Junior e André Yassuda — e solicitando acesso a documentos e à íntegra dos relatórios produzidos e entregues às autoridades.

Depoimentos

Engenheiros, diretores e ex-diretores da Vale que atuavam à época do acidente também prestarão depoimento: Marilene Araújo, Felipe Rocha, César Grandchamp, Rodrigo Melo, Alexandre Campanha, Cristina Malheiros, Artur Ribeiro, Hélio Cerqueira, Renzo Carvalho, Joaquim Toledo, Gerd Pop-

pinga, Luciano Pires, Lúcio Cavalli e Silmar Silva.

— São pessoas cujos depoimentos vão nos ajudar a montar um panorama do que aconteceu, do que foi feito, do que deixou de ser feito e da cadeia de responsabilidades na Vale e na auditoria por ela contratada — afirmou o relator da CPI, Carlos Viana (PSD-MG).

Outros convocados foram o presidente e o vice do Conselho de Administração da Vale, Gueitiro Genso e Fernando Gomes, e os integrantes do conselho Dan Conrado, Eduardo Guardia, Ney Ottoni de Brito, Denise Pavarina, Isabela Saboya, Sandra Guerra, Oscar Camargo Filho, Lucio Azevedo, Toshiya Asahi e Marcel Barros.

A senadora Selma Arruda (PSL-MT) é a autora dessas convocações. Ela

também propôs que sejam ouvidos os responsáveis pela empresa Tractebel Engineering, que emitiu relatório de estabilidade da barragem em 2018.

A convocação dos dirigentes da empresa Anglo American do Brasil, Wilfred Bruijn, e da Zamin Amapá Mineração, Mohit Bhatia, para esclarecer informações sobre a situação da barragem de Mário Cruz, proposta por Randolfe, também foi aprovada.

Foi pedido acesso às imagens das câmeras de monitoramento e ao plano de segurança da barragem de Brumadinho entregues às autoridades.

Foram requeridos ainda procedimentos de trabalho para a CPI, como o apoio da Polícia Federal, do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Plano de trabalho

De acordo com Carlos Viana, a CPI pretende investigar as causas da tragédia de Brumadinho, identificar lacunas e falhas na atuação dos órgãos públicos, recomendar uma nova estrutura de fiscalização para as barragens e elaborar projetos que aprimorem a legislação do setor.

— Principalmente para assegurar a reparação dos danos aos cidadãos, ao meio ambiente, à infraestrutura e à economia dos municípios e estados atingidos — destacou.

Uma das ideias do senador é propor a restituição, pela mineradora, dos gastos dispendidos com atendimentos hospitalares e atuação de bombeiros, por exemplo.



Randolfe Rodrigues, Rose de Freitas e Carlos Viana: CPI quer concluir os trabalhos em 120 dias

Comissão de Agricultura debate hoje reforma agrária com presidente do Incra

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) fará uma audiência pública hoje para ouvir o presidente do Incra, João Carlos Jesus Corrêa, e o secretário especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Luiz Antônio Nabhan Garcia.

Os convidados deverão apresentar

os programas prioritários do governo e as novas diretrizes para o ordenamento fundiário e para a reforma agrária nos próximos anos.

A audiência foi requerida pela presidente da comissão, Soraya Thronicke (PSL-MS).

O início do debate na CRA está previsto para as 11h.

Colegiado fará audiência para discutir programas da Sudam e da Suframa

Os programas das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Zona Franca de Manaus (Suframa) serão tema de debate hoje na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Foram convidados os superintendentes da Sudam, Paulo Roberto Correia da Silva, e da Suframa, Alfredo

Alexandre de Menezes Júnior, a diretora de Planejamento e Articulação de Políticas da Sudam, Keila Adriana Rodrigues de Jesus, e o diretor de Crédito e Distribuição do Banco da Amazônia, Francimar Rodrigues Maciel.

O presidente da CDR, senador Izalci Lucas (PSDB-DF), é autor do pedido para a audiência.

Jayne Campos ressalta valor da agricultura familiar e pede incentivo

Políticas públicas para pequenos produtores devem ser analisadas com prioridade no Congresso, disse ontem Jayme Campos (DEM-MT). O senador ressaltou que a agricultura familiar representa 84% de todas as propriedades rurais do país.

As medidas que precisam ser implementadas com urgência, afirmou, dizem respeito à criação de mecanismos de defesa da renda do produtor.

— É um cenário muito desfavorável, pois os agricultores acabam sendo impedidos de contrair empréstimo ou de ampliar sua produção agrícola, afetando a renda de familiares.

Bittar anuncia projetos para disciplinar reservas florestais e indígenas

Marcio Bittar (MDB-AC) anunciou ontem que apresentará três projetos de lei para disciplinar a criação de reservas florestais e indígenas na Amazônia e atrair mais investimentos. O senador citou a existência de 1.871 unidades de conservação, que ocupam área equivalente a 18% do território nacional.

Um dos projetos vai determinar que, caso os órgãos ambientais não emitam laudos ambientais autorizando ou não qualquer empreendimento em território nacional, no prazo da legislação atual, de seis meses, a licença ambiental será concedida automaticamente.

Wellington Fagundes defende regularização fundiária em Mato Grosso

Wellington Fagundes (PR-MT) defendeu ontem a regularização fundiária na Amazônia Legal, especialmente em Mato Grosso. Ele manifestou preocupação com os pequenos e médios agricultores.

— Temos mais de 80 mil propriedades. Pessoas que foram chamadas pelo governo federal à época, principalmente sulistas, que para lá foram, para ocupar a Amazônia. Essas pessoas estão lá há 20, 30, 40 anos e até hoje não têm o documento. Eu sempre digo que o documento traz cidadania, traz justiça social. Nós podemos fazer uma revolução em termos de produção — disse o senador, para quem o estado pode ser o grande celeiro do mundo.

Jorge Kajuru aponta urgência na preservação do bioma Cerrado

Jorge Kajuru (PSB-GO) anunciou ontem a apresentação do Projeto de Lei (PL) 1.459/2019, com objetivo de ampliar a preservação do Cerrado, redefinindo em 35% o percentual da reserva legal.

Essa definição, que foi limitada a 20% pelo novo Código Florestal, precisa aumentar, argumenta o senador, diante da rápida devastação do Cerrado. Kajuru sugere ampliar o percentual por ser o Cerrado um dos ecossistemas mais preciosos do mundo, que comporta 5% da biodiversidade do planeta.

— A ampliação garantirá aumento na proteção da vegetação nos imóveis privados sem congelar a propriedade para uso alternativo do solo.

Limite de renda familiar para BPC pode aumentar

Projeto que pode ser votado hoje na Comissão de Assuntos Sociais eleva o valor mensal que idosos e pessoas com deficiência devem comprovar para receber o Benefício de Prestação Continuada

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) pode votar hoje projeto que aumenta o limite de renda familiar mensal de idosos e pessoas com deficiência para o recebimento do Benefício da Prestação Continuada (BPC). O PLS 374/2018, do ex-senador Dalirio Beber, tem relatório favorável do senador Romário (Pode-RJ). Como será votada em caráter terminativo, a proposta deverá seguir para a Câmara se for aprovada.

Pelo texto, para fazer jus ao recebimento do BPC, o idoso ou a pessoa com deficiência deverá comprovar que sua família recebe uma renda mensal até três quintos do salário mínimo. Atualmente, o limite de renda familiar é de um quarto do salário mínimo. De acordo com o governo, cerca de 4,7 milhões de cidadãos recebem o BPC, que tem o valor de um salário mínimo (R\$ 998).

Romário avalia que o limite de renda per capita vigente é “draconiano”, pois exige que a média da família com idosos ou deficientes não passe de R\$ 249,50 por mês para cada pessoa. A proposta aumenta a média para R\$ 598,80 em valores de hoje.

Romário observa que uma

família precisa estar na absoluta miséria para receber o BPC. O aumento do limite per capita permitirá a essas pessoas buscar melhores ganhos sem o risco de perder o benefício, diz o senador.

“Permite também e principalmente que outras famílias possam buscar o amparo e, assim, serem alcançadas por políticas que visam ajudá-las a superar a vulnerabilidade” afirma no relatório.

Previdência

A proposta de reforma da Previdência apresentada pelo governo (PEC 6/2019), que tramita na Câmara, eleva a idade para concessão do BPC ao idoso de 65 para 70 anos e estabelece, para aqueles que

tem entre 60 e 69 anos, um benefício mensal no valor de R\$ 400.

A PEC também acrescenta um novo critério para aferir a condição de miserabilidade de idosos ou deficientes. Além da renda mensal per capita ser inferior a um quarto do salário mínimo, o patrimônio familiar deverá ser menor que R\$ 98 mil. Outra mudança prevista trata do cálculo da renda familiar. Pelo texto, o valor da renda mensal recebida a qualquer título (incluindo o BPC) por membro da família do requerente integrará a renda mensal per capita. O Estatuto do Idoso (Lei 8.742, de 1993) permite a exclusão de benefícios recebidos por outro membro da família.



O relator do texto é Romário, que preside a Comissão de Assuntos Sociais

Proposta proíbe o comércio de animais de estimação em feira

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) pode votar hoje projeto que proíbe a venda de animais de estimação em vias de circulação ou em ambiente público fora de estabelecimento comercial. O PLS 358/2018 tem relatório favorável de Soraya Thronicke (PSL-MS).

A senadora considera que a venda de animais em locais como feiras livres, vias de circulação e praças, feita por meio de comércio ambulante, é uma prática que deve ser banida. Ela afirma que os bichos ficam sujeitos a calor excessivo, chuva, frio, privação de água e alimento, estresse, risco de acidentes e lesões. Além disso, as condições sanitárias nesse tipo de comércio são negligenciadas, de modo que os animais e as pessoas que têm contato com eles ficam vulneráveis a doenças.

“É difícil para as autoridades ambientais e sanitárias fiscalizar as condições de bem-estar e saúde dos animais vendidos fora de estabelecimentos comerciais fixos. A existência desse comércio ambulante é propícia à atuação cruel, irresponsável e precária através de pessoas preocupadas apenas com a vantagem econômica que auferem”, aponta.

Pelo texto, esse tipo de comércio será enquadrado como maus-tratos. Quem o

praticar ficará sujeito à pena de até um ano de prisão, além de pagar multa. A pena ainda poderá ser aumentada em até um terço caso se verifique a morte de algum animal.

Soraya afirma ainda que, à medida que cresce a consciência humana sobre as semelhanças que temos com os animais, tornam-se inaceitáveis condutas que os exponham a sofrimentos desnecessários. “A sociedade reage a cada dia com mais ênfase contra condutas abusivas que desconsideram o sofrimento animal nas atividades econômicas”, aponta.

O projeto foi apresentado pelo então senador Rudson Leite, suplente de Telmário Mota (Pros-RR). Na justificativa, Rudson aponta que o objetivo é proteger gatos e cães, que são sujeitos a crueldades nos processos de comercialização informal.

“Não existem na legislação normas que disciplinem a venda desses animais. O que vemos é a venda deles em ruas ou outros locais em condições insalubres, muitas vezes expostos em porta-malas de carros por exemplo, sem preocupação alguma com bem-estar ou saúde. O Distrito Federal já proibiu esse tipo de comércio, precisamos tornar esta proibição nacional”, conclui o autor do projeto.

Superendividamento será discutido hoje em comissão

O superendividamento dos brasileiros é tema de uma reunião de trabalho marcada para hoje na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). Representantes da Associação Brasileira de Procons discutem o assunto a partir das 14h.

Os senadores devem definir uma estratégia para a projetos de lei que atualizam o Código de Defesa do Consumidor na

área do superendividamento, além do fortalecimento dos Procons. A iniciativa é do presidente da CTFC, Rodrigo Cunha (PSDB-AL).

Levantamento do Procon e do Tribunal de Justiça de São Paulo revela que o descontrole financeiro, o desemprego e a redução de renda são responsáveis por 80% das causas de endividamento de consumidores que ganham de R\$ 1,5 mil a R\$ 10 mil por mês.

Senado do Futuro pode debater cobrança por acesso

A Comissão Senado do Futuro (CSF) se reúne hoje, às 14h30, com apenas um item em pauta: um requerimento para a realização de audiência pública sobre a cobrança pelas operadoras para o acesso a conteúdos, aplicações e serviços disponibilizados na internet por órgãos e entidades da administração direta e indireta da União.

A sugestão do debate é do senador Mecias de Jesus (PRB-RR). Segundo ele, uma parcela significativa da po-

pulação deixa de ter acesso a importantes informações e serviços públicos disponíveis em meio digital simplesmente porque não tem condição de adquirir os pacotes mais caros e com grande franquia de dados.

Para o senador, diante desse quadro de desigualdade que impacta o exercício do direito fundamental à informação, é necessário alterar o marco legal do setor para assegurar, como já ocorre com os serviços públicos de

emergência, a gratuidade do acesso aos conteúdos, aplicações e serviços disponibilizados na internet por órgãos e entidades da União.

O senador Mecias de Jesus sugere que a comissão convide representantes da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), da Associação Brasileira de Internet (Abranet) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editores-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Felipe Salto, Ricardo Berzoini, Omar Aziz, Paulo Tafner e Pedro Nery: debate abordou temas ligados à reforma

Previdência deve cuidar do social, dizem debatedores

Em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, especialistas e senadores afirmaram que a proposta de reforma que tramita no Congresso tem que ser alterada e sugeriram outras medidas

SENADORES E ESPECIALISTAS que participaram de audiência ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) alertaram para a necessidade de ajustes na reforma da Previdência, principalmente diante do aumento da expectativa de vida dos brasileiros. Entre os pontos vistos com preocupação na PEC 6/2019 estão as mudanças previstas para o Benefício de Prestação Continuada (BPC), aposentadorias rurais e o modelo de capitalização proposto.

— Não vamos ajeitar as contas do dia para a noite e matar milhões de brasileiros do dia para a noite — criticou o presidente da CAE, Omar Aziz (PSD-AM).

Senadores também defenderam a discussão da reforma conjuntamente com outras medidas, como mudanças na política de desonerações fiscais, cobranças de dívidas previdenciárias de empresas e uma reforma tributária que preveja, por exemplo, a tributação sobre lucros e dividendos e o aumento do imposto sobre heranças e doações.

Para os senadores Humberto Costa (PT-PE), Paulo Paim (PT-RS) e Rogério Carvalho (PT-SE), está cada vez mais claro que o governo pretende entregar as contribuições dos empregados e empregadores para o sistema financeiro e acabar com a seguridade social.

— Existe o movimento do sistema financeiro para passar a mão na poupança gerada com sistema de capitalização — apontou Rogério.

Major Olímpio (PSL-SP) afirmou que é favorável a uma reforma da Previdência, mas criticou os ataques aos servidores públicos e aos militares.

— Vou apoiar a reforma, mas não venha satanizar o serviço público não — disse.

O ex-deputado federal e

ex-ministro da Previdência Ricardo Berzoini, um dos convidados, afirmou que o discurso de cortar privilégios não combina com a proposta de mudança no Benefício de Prestação Continuada (BPC), que diminui de um salário mínimo (R\$ 998) para apenas R\$ 400, o valor a ser recebido pelos idosos pobres a partir dos 65 anos.

— Quando falamos de BPC e da aposentadoria rural estamos falando de privilégios? — questionou.

Berzoini também avançou na necessidade de debater a reforma com mudanças tributárias e criticou o modelo de capitalização, quando o trabalhador contribui para o seu próprio fundo. Ele registrou que muitos idosos de países que adotaram o modelo recebem muito abaixo do salário mínimo e estão na miséria.

— A capitalização no Chile foi um desastre completo. A PEC da Reforma coloca essa possibilidade de capitalização como a que ocorreu no Chile, que exclui o sistema de solidariedade — criticou.

Impacto

Para Kátia Abreu (PDT-TO), Eduardo Braga (MDB-AM) e outros senadores, o governo se preocupa apenas com cortes de despesas e esquece de analisar o impacto das mudanças na vida dos brasileiros

— Queremos combater privilégios, mas preservar proteções a quem precisa — disse Kátia.

Braga afirmou que está claro para os brasileiros que a reforma é necessária, mas não é aceitável que os mais pobres paguem a conta.

— De que reforma da previdência o Brasil precisa? Precisamos de uma que busque o equilíbrio fiscal, mas também a justiça social — defendeu Braga.

No debate, sugerido por Plínio Valério (PSDB-AM), especialistas apresentaram impactos fiscais e políticos da reforma, atualmente em análise na Câmara.

O governo espera economizar R\$ 1 trilhão com a reforma da Previdência em dez anos. O economista Felipe Salto, da Instituição Fiscal Independente (IFI), afirma que a reforma pode ajudar a restaurar o equilíbrio fiscal, ainda que o crescimento econômico dependa de outros fatores. Ele ressaltou que a idade mínima é um fator fundamental na proposta e indicou que a dívida pública pode chegar a 100% do PIB em 2030 se o atual sistema previdenciário não for alterado.

— A Previdência Social, as desonerações, os salários e as transferências sociais ocupam espaço importante e crescente no orçamento público.

O pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (Fipe), Paulo Tafner, apresentou números para discutir pontos que chamou de “mitos” sobre a reforma, como a diferença de esperança de vida entre as regiões.

— Já gastamos com previdência 14% do produto interno bruto [PIB], o que representa 50% de todo o gasto federal.

Pela proposta do governo, mulheres de todo o país só poderão se aposentar com 62 anos. A idade mínima para homens será 65 anos. Sobre a questão, Tafner afirmou que deve-se considerar a expectativa de vida no momento da aposentadoria.

— Ao nascer, a esperança de vida de cada um desses brasileiros é muito diferente, mas à medida que ele vai sobrevivendo, sobretudo nos primeiros anos, as duas curvas se aproximam e no final da vida a diferença é de menos de 2 anos — disse.

Para servidores da educação, reforma é o fim da seguridade

Servidores da educação criticaram duramente ontem a proposta da reforma da Previdência, em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), que propôs o ciclo de audiências sobre a PEC 6/2019, defendeu um debate em cima de ideias e de causas.

Coordenador da Federação dos Trabalhadores em Universidades Brasileiras (Fasubra), Antônio Alves Neto pediu a união de movimentos sindicais contra a PEC. Para ele, as mudanças nas regras de aposentadoria, aliadas a medidas já aprovadas, como a reforma trabalhista e a emenda que congelou os gastos públicos por 20 anos (EC 95/2016), significam “um retorno à escravidão”.

A secretária-geral do Sindicato Nacional dos Técnicos de Nível Superior, Angela Lobo Costa, disse que o governo do ex-presidente Michel Temer “deu início ao estrangulamento das universidades públicas, com investidas sobre o Ciência sem Fronteiras, sobre os programas de assistência estudantil, sobre as bolsas de pesquisa e os concursos”.

— Agora, a reforma da

Previdência aparece como uma panaceia universal para a dívida pública.

Para o diretor de Assuntos Jurídicos da Federação de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior, Técnico e Tecnológico (Proifes), Eduardo Rolim, permitir mudar as regras de aposentadoria por lei complementar e implantar um sistema de capitalização individual seria “rasgar a Constituição”.

— Este governo, assim como o anterior, sabe bem que se não diminuir gastos em pelo menos 30% até o final do ano, teremos um caos social. Toda essa discussão é econômica e nada tem a ver com social.

Para o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Heleno Araújo, desconsiderar a precariedade das condições de trabalho de muitos professores no país seria “um crime praticado pelo governo”. O coordenador-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), Gilson Luiz Reis, disse que 66% dos aposentados do Brasil recebem um salário mínimo e serão os mais prejudicados.



Representantes de professores em debate conduzido por Paim (C)

Aposentadoria rural não é assunto para a reforma, diz Collor

A aposentadoria rural não deve ser tratada na reforma da Previdência, defendeu Fernando Collor (Pros-AL). Para o senador, a verba para o pagamento da aposentadoria rural deriva do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e não do INSS. Portanto, não é de responsabilidade da Previdência.

— É preciso diferenciar a realidade do agronegócio internacionalizado e tecnologicamente avançado daquela dos brasileiros e brasileiras que empunham enxadas de sol a sol para garantirem a sua subsistência.

Paulo Paim critica proposta de regime de capitalização

A reforma da Previdência proposta pelo governo Bolsonaro tem tudo para não acontecer, afirmou Paulo Paim (PT-RS). Segundo o senador, o regime de capitalização, principal mudança da proposta de reforma, acaba com a seguridade social.

— Imagine achar que todo cidadão tem dinheiro para botar na poupança. A pessoa só ganha um ou dois salários mínimos e paga remédio, aluguel, roupas, casa e muitas vezes tem que ajudar os netos e os filhos — disse.

Ele desafiou os bancos a enviarem economistas a audiências no Senado para mostrar a visão de quem vende previdência privada.

Impasse marca CPI dos Tribunais Superiores

Criação da comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar atos da cúpula do Judiciário depende de parecer da Consultoria Legislativa para avançar. Mínimo de assinaturas foi atingido

A CRIAÇÃO DA comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar atos da cúpula do Judiciário depende de um parecer da Consultoria Legislativa do Senado para ir adiante. Parte dos 13 fatos motivadores apresentados no requerimento da CPI foram considerados inadequados pela área técnica e pela Mesa.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, declarou que a situação da CPI dos Tribunais Superiores encontra-se sob impasse. Apesar de contar com o número necessário de assinaturas, o requerimento não pode ser oficializado, segundo ele, porque haveria o risco de questionamento judicial sobre a comissão.

— As instituições precisam estar fortalecidas, e a independência e harmonia têm que prevalecer — alertou.

Entre os fatos destacados pelo requerimento, estão casos de juízes atuando em processos para os quais deveriam se declarar suspeitos ou impedidos, exercendo atividade comercial simultânea à atuação na magistratura, recebendo dinheiro por palestras para escritórios de advocacia, revertendo liminares em “tempo recorde”, incorrendo em “uso abusivo” de pedidos de vista; e até recebendo propina.

O requerimento foi apresen-



Para Alessandro, ao lado de Lucas Barreto, instalação tem que ser imediata

tado ontem por Alessandro Vieira (PPS-SE), acompanhado por outros signatários. Alessandro reuniu 29 assinaturas favoráveis à CPI, duas a mais do que o número mínimo exigido pelo Regimento Interno do Senado.

Solução

O presidente aguarda um parecer da Consultoria Legislativa para saber se é possível remover os fatos considerados fora de ordem e dar andamento ao requerimento com as assinaturas já coletadas. Alessandro afirmou não ver motivos para que a CPI não tenha sequência imediata.

— A instalação [da CPI] se impõe. Se você tem o número [de assinaturas] e o fato, ela não depende do juízo de valor do presidente. Basta que se configurem os requisitos — afirmou.

A situação da CPI foi inserida no debate sobre o equilíbrio institucional do país. Essa questão foi assunto de uma reunião entre Davi Alcolumbre e os demais chefes de Poderes. Os participantes do encontro falaram em estabelecer um “pacto” por uma relação pacífica e respeitosa.

Renan Calheiros (MDB-AL) apoiou a postura do presidente. Ele classificou a pressão sobre o Supremo pela CPI como indevida.

Diversidade

A lista de apoiadores da criação da CPI tem 11 partidos. Há também um senador sem filiação partidária.

Para Randolfe Rodrigues (Rede-AP), essa união entre dá mais força ao pleito e coloca-o em alinhamento com os primeiros movimentos do Senado em 2019.

Senadores mostram solidariedade a Kajuru diante de ação de Gilmar

Um ofício do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes pedindo “providências” em relação a declarações do senador Jorge Kajuru (PSB-GO) repercutiu ontem no Plenário. Vários senadores se solidarizaram com Kajuru e muitos deles cobraram a instalação da CPI dos Tribunais Superiores.

— Ser processado por um homem da mínima estatura moral de Gilmar Mendes é atestado de idoneidade — disse Kajuru.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, defendeu equilíbrio e respeito entre os Poderes da República, mas também manifestou solidariedade a Kajuru. Ele destacou que, de acordo com a Constituição, “os deputados e senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos”.

Direito de expressão

Randolfe Rodrigues (Rede-AP), apesar de não endossar os termos usados por Kajuru, defendeu as prerrogativas do senador e o direito de expressão dos parlamentares.

Dizendo que Brasil precisa de segurança jurídica, a senadora Selma Arruda (PSL-MT) pediu a abertura da “caixa-preta” do Poder Judiciário. Ela ressaltou que a CPI dos Tribunais Superiores não seria contra instituições, mas contra elementos que extrapolam sua competência legal.

Kajuru também citou a ocasião em que, durante jul-

gamento no STF, o ministro Gilmar Mendes chamou um procurador de “gângster”:

— Ele tem esse direito e eu não tenho direito de usar um adjetivo contra ele? — indagou.

Kajuru ainda recebeu a solidariedade de Reguffe (sem partido-DF), Arolde de Oliveira (PSD-RJ), Lasier Martins (Pode-RS), Eduardo Girão (Pode-CE), Vanderlan Cardoso (PP-GO), Esperidião Amin (PP-SC) e Soraya Thronicke (PSL-MS).

Nem todos, porém, apoiaram a criação da CPI dos Tribunais Superiores: Esperidião Amin, Arolde de Oliveira e Vanderlan, por exemplo, não endossam a comissão.

O senador Alessandro Vieira (PPS-SE), que apresentou o requerimento para a criação da CPI, também manifestou apoio a Kajuru.

Lasier pediu à Mesa do Senado que dê andamento aos pedidos de impeachment de ministros do Supremo, em especial o apresentado pelo jurista Modesto Carvalhosa contra Gilmar Mendes.



Para Kajuru, ofício pode ser considerado “atestado de idoneidade”

Lei Rouanet deve beneficiar artistas fora do circuito Rio-São Paulo, diz ministro

O ministro da Cidadania, Osmar Terra, defendeu mudanças na aplicação da Lei de Incentivo à Cultura, conhecida por Lei Rouanet (Lei 8.313, de 1991) para beneficiar projetos fora do eixo Rio-São Paulo. Ontem, em audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Terra afirmou que a lei gera de R\$ 1,2 bilhão a R\$ 1,4 bilhão de renúncia fiscal para incentivar produções artísticas e eventos culturais, valor que representa apenas 0,64% dos incentivos fiscais oferecidos pelo governo.

— O maior problema que percebemos, até pela estrutura cultural e localização das grandes empresas, é que 80% desses recursos ficam só em São Paulo e no Rio de Janeiro. Nosso objetivo é democratizar isso, queremos um modelo mais municipalista a partir de mesorregiões. Queremos estimular festivais de música, dança, teatro e audiovisual com prêmios nessas regiões,



Osmar Terra, entre Flávio Arns (E), vice-presidente, e Dário Berger, presidente

fazendo a divulgação nacional depois. Isso vai possibilitar a revelação de talentos hoje escondidos — disse.

O ministro afirmou que a Lei Rouanet naturalmente leva grandes bancos, por exemplo, a patrocinar artistas já reconhecidos pelo público. Artistas do Nordeste, por exemplo, captam apenas 4% dos incentivos.

Segundo Terra, a pasta trabalha para diminuir o teto de incentivo permitido pela Lei

Rouanet, hoje de R\$ 60 milhões. Segundo ele, a redução vai permitir a pulverização dos recursos para mais artistas desconhecidos ou em início de carreira.

O senador Luiz do Carmo (MDB-GO) afirmou que o Tribunal de Contas da União (TCU) solicitou que eventos de grande potencial lucrativo não possam mais acessar a Lei Rouanet. Já Eliziane Gama (PPS-MA) defendeu a

legislação, citando um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) segundo o qual, para cada real investido na cultura por meio da lei, R\$ 1,59 retornou aos cofres públicos devido aos impactos socioeconômicos que causou. A senadora ainda sugeriu que a arte religiosa seja mais atendida pela lei. Terra respondeu que isso depende mais das empresas patrocinadoras do que do ministério. Mas disse que sugerirá um olhar mais sensível também para esse setor ao comitê vinculado à pasta.

A senadora Leila Barros (PSB-DF) pediu que o governo recomponha o Programa Bolsa Atleta, que sofreu um severo corte no último dia da gestão do ex-presidente Michel Temer. As verbas direcionadas ao programa foram cortadas em 33% e o número de atletas atendidos diminuiu em 48%, afirmou Leila.

Terra informou que já vem negociando com a Caixa e ou-

tras estatais um aporte maior de recursos para recompor o programa. E lamentou que a Petrobras invista 3 milhões de euros na Fórmula 1.

— Esse valor resolveria todos os problemas do Bolsa-Atleta — disse o ministro.

Terra também defendeu alteração na Política Nacional sobre Drogas para facilitar a internação involuntária de dependentes químicos. Projeto com esse objetivo (PLC 37/2013), apresentado pelo próprio Terra quando era deputado, está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e tem como relator o senador Major Olimpio (PSL-SP).

— O Brasil está passando por uma epidemia cada vez mais crescente de abuso de drogas. Até 2006 a maior causa de auxílios-doença no INSS era por abuso de álcool, porque é legal e de fácil acesso. A partir de 2006, o crack passou o álcool e hoje.